



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 03 • 19 a 25/02/2006 • ISSN 1809-6182

Análises

09/02/2006 - O Conflito em Nagorno-Karabakhp.01

Com uma população predominantemente armênia, em um território dentro do Azerbaijão, a região denominada Nagorno-Karabakh é palco de mais uma disputa na região do Cáucaso. Devido ao crescente grau de tensão na região e ao envolvimento de potências como Rússia, Irã, Turquia e Estados Unidos, uma confrontação hoje poderia acarretar sérias repercussões para a região e o mundo.

Resenhas

22/02/2006 - René Préval é proclamado presidente eleito no Haitip.05

Após o Conselho Eleitoral Provisório do Haiti firmar acordo com o governo interino para a distribuição dos votos em branco entre os candidatos à presidência, René Préval é proclamado o novo presidente do Haiti.

23/02/2006 - ONU divulga relatório sobre Guantánamo p.07

O Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um relatório pedindo o fechamento do centro de detenção da Baía de Guantánamo sob a alegação de violação de direitos humanos.

23/02/2006 - Com nova liderança, Parlamento Palestino pode sofrer sanções políticas e financeiras..... p.09

Hamas assume o poder no Parlamento Palestino e busca prestígio internacional, enquanto Israel e Estados Unidos da América (EUA) adotam uma política de desestabilização de seu governo.

O Conflito em Nagorno-Karabakh

Análise
Segurança / Integração Regional / Economia e Comércio

Carolina Dantas Nogueira
24 de fevereiro de 2006

Com uma população predominantemente armênia, em um território dentro do Azerbaijão, a região denominada Nagorno-Karabakh é palco de mais uma disputa na região do Cáucaso. Devido ao crescente grau de tensão na região e ao envolvimento de potências como Rússia, Irã, Turquia e Estados Unidos, uma confrontação hoje poderia acarretar sérias repercussões para a região e o mundo.

O conflito em Nagorno-Karabakh estourou em 1991, após a declaração de independência da região, que se encontra dentro do território do Azerbaijão [ver mapa] na parte sudoeste do país, mas possui população predominantemente de origem armênia. Todavia, a disputa deste território possui raízes mais antigas.

A região do Cáucaso situa-se entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, e pode ser subdividida em Ciscaucásia (Inguchéstia, Daguestão, Ossétia do Norte, entre outros) ao norte e Transcaucásia (Geórgia, Armênia e Azerbaijão), ao sul. O Cáucaso é, também, uma importante zona de passagem entre o sul da Rússia e o Oriente Médio, de um lado, e a Europa e a Ásia Central, do outro. Dessa forma, a região encontra-se no centro geográfico das transações econômicas provenientes da Ásia Central e, portanto, palco de diversas disputas que se seguiram após o desmantelamento da União Soviética (URSS) em 1991, como as questões tchetchena e georgiana [ver [Tensão no Cáucaso: Eleições parlamentares na Tchetchênia e o conflito russo-tchetcheno](#)]. Além disso, a região possui uma das maiores reservas ainda não exploradas de gás natural e petróleo do mundo [ver

[Redefinição de esferas de influência no Cáucaso: as questões tchetchena e georgiana](#)].

Povoado durante centenas de anos por armênios e fazendeiros turcos, tanto a Armênia quanto o Azerbaijão clamam direito histórico à região: de acordo com os armênios, a região era cristã e por isso possui diversas igrejas cristãs antigas. Os azerbaijanis, por outro lado, alegam que as igrejas foram construídas por caucasianos albaneses – uma nação cristã que dizem fazer parte do povo azerbaijani, descendente dos primeiros turcos da região.

Por um longo período, cristãos e muçulmanos viveram em paz na região, mas foram também responsáveis por atos de hostilidades no início do século XX, o que suscitou um antagonismo mútuo. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e o surgimento da URSS, os soviéticos criaram a Região Autônoma de Nagorno-Karabakh, devido à concentração de armênios na região. No entanto, insatisfeitos com esta decisão soviética, eclodiu-se violento conflito entre armênios e azerbaijanis nos anos 80.

Com a fragmentação da União Soviética e conseqüente formação da província da Transcaucásia, a Região Autônoma de

Nagorno-Karabakh se declarou independente alegando direito internacional para tal ato. Todavia sua independência não é reconhecida internacionalmente.

Assim, em 1991, tem início o confronto pela posse do território de Nagorno-Karabakh, pela Armênia e Azerbaijão. Embora sem uma declaração formal de guerra, um grande conflito ocorreu na região entre 1991 e 1994. Como resultado, diversos refugiados vivem hoje em condições extremamente precárias em ambos os países. Além disso, a Armênia controla uma parte do território do Azerbaijão ligando-se à região em litígio. A Turquia, em apoio ao Azerbaijão, fechou suas fronteiras com a Armênia, acarretando diversos problemas econômicos, além da criação de uma zona de refugiados azerbaijanis na fronteira turca com a Armênia.

Em 1994, um cessar-fogo foi assinado por influência russa, ficando a região de Nagorno-Karabakh nas mãos de sua população armênia. No entanto, nenhum acordo final foi assinado até o momento. Estima-se que entre vinte e trinta mil pessoas pereceram no conflito e mais de um milhão encontram-se refugiadas.

Em uma tentativa de se conseguir uma solução para o impasse, França, Rússia e Estados Unidos se uniram no chamado Processo Minsk, através da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Desde então, o grupo propõe reuniões entre os presidentes da Armênia e Azerbaijão, mas nenhum dos lados demonstra intenção em ceder nas negociações e até hoje nenhuma proposta de paz foi aceita.

Além disso as reuniões proposta por este grupo não incluem a participação de autoridades da própria região de Nagorno-Karabakh, a fim de se conseguir a aproximação da Armênia e do Azerbaijão para o diálogo, uma vez que estes não aceitam negociar com Nagorno-Karabakh.

Em 2004 teve início o chamado Processo de Praga, iniciado pelos membros do Grupo Minsk da OSCE para a retomada do diálogo entre as partes. Esperava-se que após as eleições presidenciais das partes o processo pudesse ser retomado, mas isto ainda não ocorreu, sendo adiado para o começo de 2006 qualquer tentativa de diálogo [ver [Conturbadas eleições parlamentares ocorrem no Azerbaijão](#)].

Marcada para os dias 10 e 11 de fevereiro de 2006, em Rambouillet, no sul de Paris, a reunião entre o Presidente Ilham Aliyev do Azerbaijão e o Presidente Robert Kocharian da Armênia discorreu sobre sete dos nove pontos principais das negociações. No entanto, os dois pontos ainda sem solução são vistos pelo Grupo Minsk como os mais importantes para a solução do conflito, pois tratam do status da região de Nagorno-Karabakh e da retirada das tropas armênias dos territórios azerbaijanis.

O Azerbaijão não aceita nenhum acordo que não vise a área de Kelbajar (cidade fronteira usada como ligação entre Armênia e Nagorno-karabakh), e alega que Rússia e Armênia estão atrapalhando o diálogo e qualquer tentativa de acordo torna-se inútil. Uma pesquisa realizada no país no início deste mês sugere que os azerbaijanis não acreditam em uma solução pacífica do conflito. Após quase 20 anos do cessar-fogo e início dos diálogos, os azerbaijanis começam a sinalizar que a solução militar seja talvez a melhor forma de acabar com o conflito.

Uma solução militar não é ainda vista como uma ameaça concreta devido à necessidade orçamentária para tal empreendimento por parte do Azerbaijão. No entanto, se o apoio popular crescer para tal solução, tornar-se-á cada vez mais difícil uma solução diplomática do conflito.

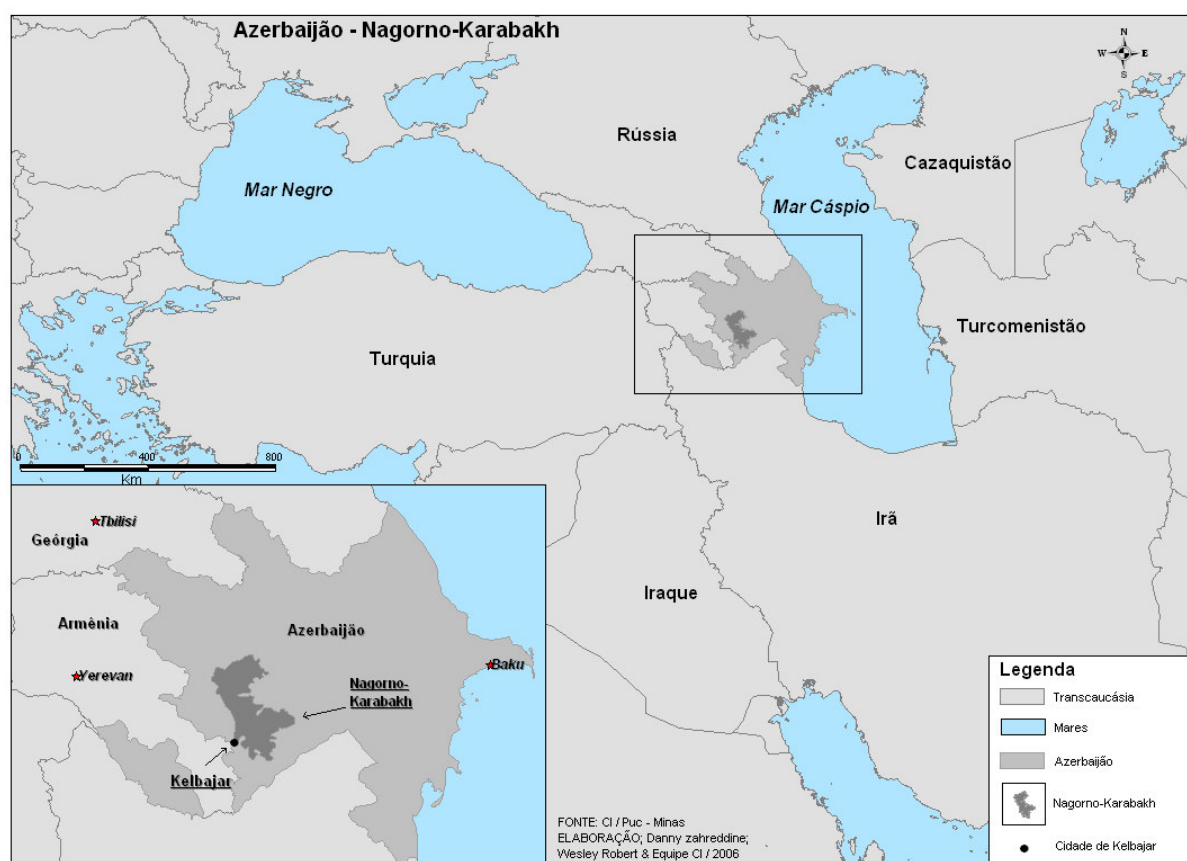
O Azerbaijão possui acordos para a venda de petróleo através de um oleoduto que vai da capital Baku até o porto de Ceyhan, na Turquia. Isto possibilitará a

arrecadação de uma renda que ultrapassa os valores arrecadados pelo país até os dias atuais e a chance desta renda ser direcionada para a compra de armamentos e o retorno do conflito é grande. O Ministério da Defesa do Azerbaijão havia declarado que, se as negociações em Paris falhassem, o país estaria pronto para retomar a região pela força.

Até o momento, o cessar-fogo ainda prevalece, mesmo porque tanto Rússia quanto Estados Unidos apóiam ambos os países, pois defendem seus investimentos

na região. Além disso, o Irã declarou seu apoio militar à Armênia, e a Turquia ao Azerbaijão, o que torna a decisão pela solução militar mais delicada, devido ao grau de envolvimento internacional e conseqüente repercussão do mesmo.

O Grupo Minsk da OSCE planeja uma nova rodada de negociações para março de 2006 a fim de se avaliar os resultados da reunião de Paris e traçar novos planos para o diálogo e conseqüente solução do conflito.



Referência

Sites:

Artsakhtert

<http://www.artsakhtert.com/eng>

BBC news

<http://news.bbc.co.uk/>

Eurasianet

<http://www.eurasianet.org>

Stratfor

<http://www.stratfor.com>

The Karabakh Conflict

<http://nkr.am/eng/facts/about.htm>

US Department of State

<http://www.state.gov>

Ver também:

14/12/2005 - [Eleições parlamentares na Tchetchênia e o conflito russo-tchetcheno](#)

16/11/2005 - [Conturbadas eleições parlamentares ocorrem no Azerbaijão](#)

28/10/2005 - [Região do Cáucaso sobre novos ataques](#)

18/02/2005 - [Rússia e a redefinição do Leste europeu](#)

23/09/2004 - [Redefinição de esferas de influência no Cáucaso: as questões tchetchena e georgiana](#)

09/09/2004 - [Tensão no Cáucaso](#)

René Préval é proclamado presidente eleito no Haiti

Resenha
Segurança

Ana Flávia Lima Teles
22 de fevereiro de 2006

Após o Conselho Eleitoral Provisório do Haiti firmar acordo com o governo interino para a distribuição dos votos em branco entre os candidatos à presidência, René Préval é proclamado o novo presidente do Haiti.

No dia 7 de fevereiro de 2006, o Haiti realizou as eleições presidenciais e legislativas, para as quais se inscreveram 35 candidatos à chefia do Estado, 1.300 para disputar 30 cadeiras no Senado e 99 na Câmara dos Deputados. As eleições foram convocadas pelo governo provisório instalado no país depois que uma revolta popular levou, em fevereiro de 2004, o então Presidente Jean Bertrand Aristide a abandonar o poder e o país. [\[ver: Eleições são realizadas no Haiti, após quatro adiamentos\]](#)

No dia 16 de fevereiro de 2006, o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) do Haiti emitiu o comunicado em que proclamou René Préval, candidato do partido *Lespwa* (Esperança), presidente eleito do Haiti, com 51,21% dos votos. A proclamação de Préval à presidência em primeiro turno só foi possível após firmar um acordo com o governo interino para a distribuição dos votos em branco proporcionalmente entre todos os candidatos. Sem o acordo, pelos últimos resultados parciais, Préval não conseguiria os 50% dos votos necessários para evitar um segundo turno.

Dos 95,78% dos votos contabilizados, isto é, um total de 1.847.422 votos válidos, foram registrados 155.306 nulos e 91.219 brancos. Para alguns analistas, o alto

número de votos em branco é muito suspeito, o que poderia ser um indício de fraude, mesmo porque no Haiti o voto não é obrigatório. O ex-presidente Leslie Manigat obteve 12,40% dos votos ficando com o segundo lugar, enquanto o industrial Charles Henri Baker, com 8,24%, ficou na terceira posição.

Manigat considerou a decisão do CEP como "golpe de Estado eleitoral", e apresentou uma denúncia por violação da lei eleitoral, afirmando que seu direito a disputar a Presidência do Haiti em um segundo turno eleitoral "foi confiscado por uma manipulação das estatísticas".

O chefe da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o chileno Juan Gabriel Valdés declarou que foi "uma decisão do Conselho Eleitoral", sendo este "o único órgão do Estado que teria o direito de interpretar o código eleitoral e dar resultados", e que seria "evidente que haveria protestos, e alguns candidatos desaprovaram a medida".

O Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, classificou como "razoável" a decisão de proclamar o candidato René Préval como presidente eleito do Haiti e defendeu que foi uma maneira de "tentar resolver um problema



que poderia ter levado a inúmeros confrontos e a um nível maior de violência entre os haitianos". Ele também ressaltou que o procedimento foi desenvolvido com base na Constituição haitiana e com a assessoria do Ministério da Justiça do Haiti.

Na visão de alguns analistas, no entanto, a solução "viola a lei" e dá um mandato a um "setor perigoso da população", em referência às gangues armadas que apóiam Préval. E defendem que a única consequência positiva seria o alívio da situação, "mas isso não seria duradouro".

Haiti

20/08/2004 - [Tropas brasileiras no Haiti](#)

10/06/2004 - [Intervenção da ONU no Haiti: a Busca de Segurança e de Condições de Governabilidade](#)

Referência

Sites:

Chile EFE -

www.efe.com

Folha on line -

<http://www.folhaonline.com>

Haiti- Portal Haiti-

<http://www.haitinet.com/index.cfm>

Ver também:

10/02/2006 - [Eleições são realizadas no Haiti, após quatro adiamentos](#)

01/12/2005 - [Eleições no Haiti são remarçadas pela terceira vez](#)

22/09/2005 - [Eleições no Haiti](#)

29/06/2005 - [MINUSTAH e implicações para as aspirações internacionais do Brasil](#)

16/12/2004 - [O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU](#)

22/10/2004 - [Aumento de violência desafia missão da ONU no Haiti](#)

07/10/2004 - [Situação emergencial no](#)

ONU divulga relatório sobre Guantánamo

Resenha
Segurança

Fernanda Assunção Soares
23 de fevereiro de 2006

O Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um relatório pedindo o fechamento do centro de detenção da Baía de Guantánamo sob a alegação de violação de direitos humanos.

Após dezoito meses de investigação, o Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um relatório pedindo o fechamento imediato do centro de detenção estadunidense da Baía de Guantánamo, em Cuba. Desde janeiro de 2002 estão encarcerados em Guantánamo prisioneiros afegãos e iraquianos acusados de ligação com os grupos Taleban e Al-Qaeda. Durante as investigações os enviados da organização entrevistaram antigos prisioneiros, advogados de prisioneiros atuais e seus familiares, além de funcionários do governo dos Estados Unidos da América (EUA).

O relatório teria concluído que alguns dos aspectos do tratamento dos presos se igualariam a tortura. O documento fala, por exemplo, da alimentação à força usada pelos estadunidenses em presos que praticavam greve de fome (inserindo tubos nasais nos detentos), e da violência excessiva no transporte de prisioneiros. Também foram consideradas como tortura pelos investigadores certas técnicas de investigação, como a utilização de cães, a exposição a altas temperaturas, isolamento prolongado e privação do sono. O documento divulgado pela organização também pede que os oficiais estadunidenses possivelmente envolvidos nesses casos de tortura sejam processados.

Cerca de 500 pessoas estão detidas na Baía de Guantánamo, sendo que os EUA não concedem a elas os direitos estabelecidos pela Convenção de Genebra, sob o argumento de que não seriam prisioneiros de guerra e, sim, combatentes inimigos, uma definição que não existe no mundo jurídico. Diante desta situação, o relatório também estaria questionando a falta de um *status* jurídico claro para os prisioneiros. Segundo um dos autores do relatório, Manfred Nowak, a detenção por anos sem abertura de processo significa detenção arbitrária, e sendo assim os prisioneiros deveriam, depois de processados, ser levados a julgamento em um tribunal competente.

O relatório pede ainda acesso total e irrestrito ao centro de detenção, incluindo a realização de entrevistas privadas com os detentos. Tais condições seriam, segundo a ONU, inegociáveis, e, portanto, a organização não aceitaria o convite dos EUA para que os investigadores fossem a Guantánamo sem, entretanto, terem o direito de falarem com os presos em particular. Até o momento apenas o Comitê Internacional da Cruz Vermelha pode conversar, privativamente, com os detentos, mas os relatórios obtidos são confidenciais, e, portanto, não divulgados pelo comitê.

Diante dos fatos divulgados, a Alta Comissária da ONU para Direitos



Humanos, Louise Arbour, disse que não pensava em outras alternativas a não ser o fechamento da prisão de Guantánamo. O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, por sua vez, também disse que a prisão deveria ser fechada, como sugere o relatório divulgado pela entidade, mas observou que "não concorda com tudo" que está no documento. Segundo ele "o ponto básico é que não se pode prender indivíduos indefinidamente e que as acusações devem ser apresentadas, e eles (os prisioneiros) devem ter a chance de dar explicações e serem julgados, acusados ou liberados".

Os EUA criticaram o relatório apresentado pela organização, e o porta-voz da Casa Branca, Scott McClellan, disse que "a

ONU se desprestigia quando uma equipe como essa faz um relatório rápido sem nem mesmo verificar os fatos, tudo o que eles fizeram foi analisar alegações".

Referência

Sites:

The Washington Post

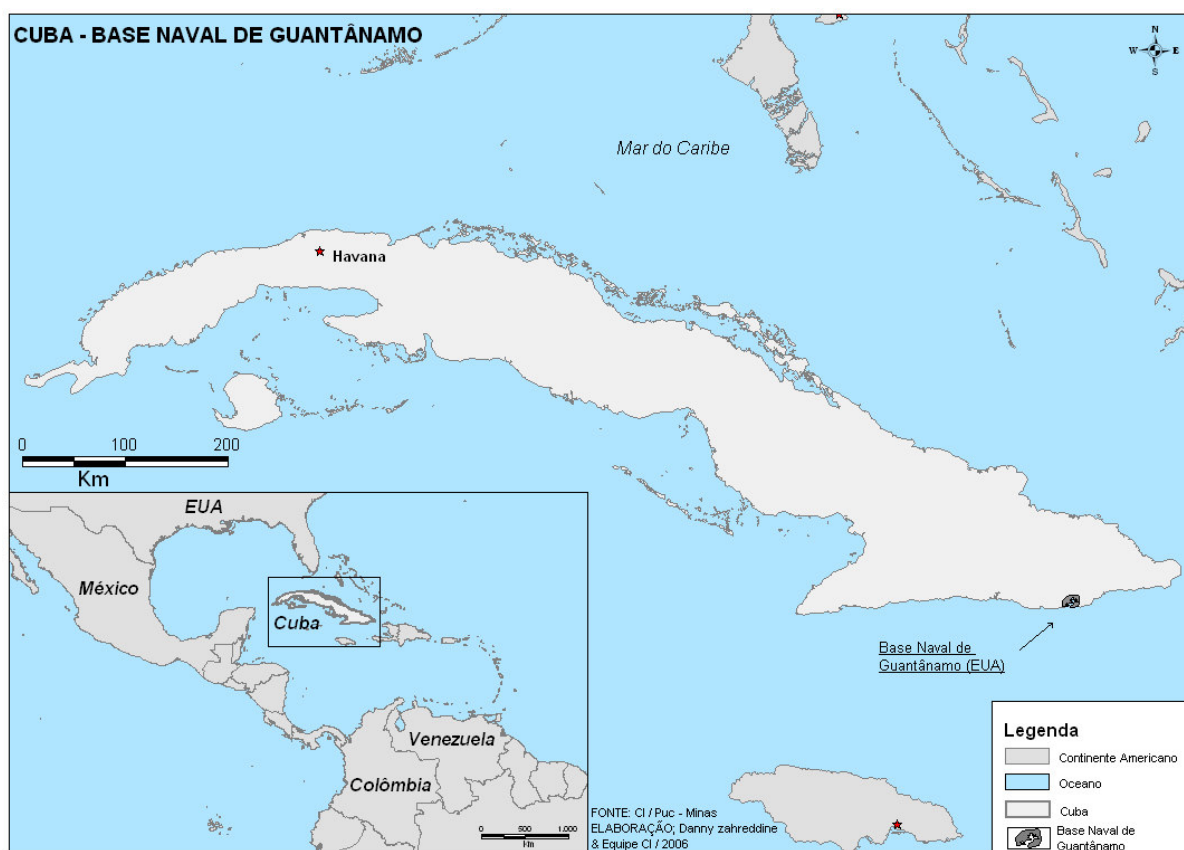
www.washingtonpost.com

CNN

www.cnn.com

BBC Brasil

www.bbc.co.uk/portuguese



Com nova liderança, Parlamento Palestino pode sofrer sanções políticas e financeiras

Resenha
Segurança

Wesley Robert Pereira
23 de fevereiro de 2006

Hamas assume o poder no Parlamento Palestino e busca prestígio internacional, enquanto Israel e Estados Unidos da América (EUA) adotam uma política de desestabilização de seu governo.

As eleições parlamentares palestinas ocorridas no dia 25 de janeiro de 2006 resultaram na vitória do Hamas [ver [Hamas vence as eleições parlamentares na Palestina](#)]. O partido conquistou 74 das 132 cadeiras no Parlamento contra 43 de seu partido rival, o Fatah. De uma população de mais de 3,7 milhões de habitantes (dados de julho de 2005), compareceram às urnas 73% dos 1,5 milhão de eleitores registrados, englobando a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

O sistema político da Autoridade Nacional Palestina (ANP)¹ tem sofrido mudanças profundas desde a morte de Yasser Arafat, membro do partido Fatah, em novembro de 2004 [ver [A morte de Yasser Arafat e a distribuição de poder entre as autoridades palestinas; A retomada do clima de negociações após eleição de Mahmoud Abbas](#)]. Desde 1996, não havia eleições para o Parlamento Palestino cujo sistema é unicameral.

Com 74 membros, o Hamas poderá escolher o chefe de governo, ou seja, o primeiro-ministro da ANP. Atualmente

esse cargo é desempenhado por Ahmed Qorei. Mahmoud Abbas, presidente eleito do Fatah em janeiro de 2005, é o Chefe de Estado da ANP. Ismail Haniyeh, um de seus líderes na Faixa de Gaza, é o possível indicado à primeiro-ministro.

Mas, antes de assumir o poder em 16 de fevereiro de 2006, alguns integrantes do Hamas viajaram para estabelecer conversações na Rússia. Os EUA, União Européia (UE), Organização das Nações Unidas (ONU) e Rússia formam o grupo chamado de Quarteto para a Pacificação do Oriente Médio. Paralela a essa busca de prestígio no cenário internacional por parte do Hamas houve duas outras ações frente às mudanças políticas na Palestina e no seu processo de pacificação.

Uma delas foi o ato por parte de Israel de congelar os US\$ 50 milhões remetidos mensalmente à ANP. Esse valor é referente a receitas de impostos e tarifas alfandegárias repassadas por Israel ao governo palestino.

Após os membros do quarteto terem conhecimento dos resultados das eleições palestinas, eles demandaram do Hamas, ainda em janeiro de 2006, que reconhecesse o direito de existência de Israel, bem como pusesse fim à resistência armada e a aceitação de acordos diplomáticos entre a ANP e Israel.

¹ A Autoridade Nacional Palestina (ANP) é uma forma de governo autônomo instituído para implementar acordos de paz com Israel. Ela foi criada no Acordo de Oslo (1993) entre a Organização de Libertação da Palestina (OLP) e Israel em que estes se reconheciam mutuamente.

Outra foi as exigências feitas pelos EUA ao Hamas. Segundo Adam Ereli, porta voz do Departamento de Estado dos EUA, a melhor opção a ser tomada pelo Hamas é a sua “renúncia ao terror”. Os EUA também tentam condicionar a ajuda financeira aos palestinos às demandas do quarteto.

Na penúltima semana de fevereiro de 2006, a Secretária de Estado Condoleezza Rice viajou para países do Oriente Médio para tentar convencer seus líderes a cortar a ajuda financeira ao Hamas. Seu trajeto passaria pelo Egito, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Mas já logo no Egito sua demanda encontrou dificuldades. O Ministro das Relações Exteriores do país, Ahmed Aboul Gheit, disse que o “Hamas precisa de tempo para desenvolver suas próprias idéias”.

Os problemas de ordem financeira e política que a ANP está passando diante da ascensão do Hamas ao poder está sendo contornado. O Irã já anunciou sua intenção de ajuda financeira à ANP. Há uma pressão internacional ao novo Parlamento palestino, sobretudo dos EUA e de Israel.

Referência

Sites:

Autoridade Nacional Palestina

<http://www.pna.gov.ps/Government/index.asp>

Departamento de Estado dos EUA

<http://www.state.gov>

Electionguide

<http://www.electionguide.org>

New York Times

<http://www.nytimes.com>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Ver também:

07/11/2004 - [Hamas](#)

11/11/2004 - [A morte de Yasser Arafat e a distribuição de poder entre as autoridades palestinas](#)

03/03/2005 - [A retomada do clima de negociações após eleição de Mahmoud Abbas](#)

09/02/2006 - [Hamas vence as eleições parlamentares na Palestina](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaela Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>